

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA
S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.
São José dos Campos - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.270	4.287	Empréstimos e financiamentos	8	4.068	9.559
Contas a receber	7.1	1.440	1.298	Fornecedores		3	3
Contas a receber de locação de ativos	7.2	18.586	16.318	Obrigações fiscais		570	493
Impostos a recuperar		-	21	Partes relacionadas	9	11	9
Outros créditos		-	49	Dividendos a pagar	9	2.037	1.836
Total do ativo circulante		<u>25.296</u>	<u>21.973</u>	Total do passivo circulante		<u>6.689</u>	<u>11.900</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Empréstimos e financiamentos			
Contas a receber	5.1	122	122	Total do passivo não circulante	8	<u>65.251</u>	<u>62.140</u>
Contas a receber locação de ativos	5.2	75.714	77.265			<u>65.251</u>	<u>62.140</u>
Fundo restrito	6	2.961	2.644				
		<u>78.797</u>	<u>80.031</u>	Total do passivo		<u>71.940</u>	<u>74.040</u>
Intangível		-	6				
		<u>-</u>	<u>6</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
Total do ativo não circulante		<u>78.797</u>	<u>80.037</u>	Capital social		7.826	7.826
				Reserva legal		1.565	1.565
				Reserva de lucros		22.762	18.579
				Total do patrimônio líquido		<u>32.153</u>	<u>27.970</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>104.093</u></u>	<u><u>102.010</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>104.093</u></u>	<u><u>102.010</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	11	18.060	15.773
LUCRO BRUTO		<u>18.060</u>	<u>15.773</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	12	(1.361)	44
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		(6)	-
		<u>(1.367)</u>	<u>44</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>16.693</u>	<u>15.817</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	13	763	238
Despesas financeiras	13	(7.240)	(6.633)
		<u>(6.477)</u>	<u>(6.395)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		<u>10.216</u>	<u>9.422</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	14.2	(2.069)	(1.723)
		<u>(2.069)</u>	<u>(1.723)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>8.147</u>	<u>7.699</u>
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	15	<u>1,041</u>	<u>0,984</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.147	7.699
Total do resultado abrangente do exercício	<u>8.147</u>	<u>7.699</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		7.826	1.210	13.071	-	-	22.107
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.699	7.699
Complemento de reserva legal	10.2	-	355	-	-	(355)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10.4	-	-	-	-	(1.836)	(1.836)
Transferência para reserva de lucros	10.3	-	-	(13.071)	18.579	(5.508)	-
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022		<u>7.826</u>	<u>1.565</u>	<u>-</u>	<u>18.579</u>	<u>-</u>	<u>27.970</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.147	8.147
Dividendos complementares	10.4	-	-	-	(1.927)	-	(1.927)
Dividendos mínimos obrigatórios	10.4	-	-	-	-	(2.037)	(2.037)
Transferência para reserva de lucros	10.3	-	-	6.110	-	(6.110)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>7.826</u>	<u>1.565</u>	<u>6.110</u>	<u>16.652</u>	<u>-</u>	<u>32.153</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		8.147	7.699
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	7.238	6.632
Remuneração do contas a receber - locação de ativos	7.2	(18.676)	(16.330)
Redução ao valor recuperável do contas a receber de locação de ativos	7.2	1.107	(261)
Baixas do ativo imobilizado e intangível		6	-
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber	7.1	(142)	(85)
Contas a receber de locação de ativos	7.2	16.852	15.316
Impostos a recuperar		21	(1)
Depósitos judiciais		-	17
Outros créditos		49	(28)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		-	(9)
Obrigações fiscais		77	54
Partes relacionadas	9	2	(3)
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>14.681</u>	<u>13.001</u>
Juros pagos sobre os empréstimos e financiamentos	8	(3.991)	(1.978)
Caixa oriundo das atividades operacionais		<u>10.690</u>	<u>11.023</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Fundo restrito	6	(317)	(113)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(317)</u>	<u>(113)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	8	(5.627)	(7.672)
Pagamento de dividendos	10.3	(3.763)	(3.317)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(9.390)</u>	<u>(10.989)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>983</u>	<u>(79)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	4.287	4.366
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	5.270	4.287
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>983</u>	<u>(79)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 04 de julho de 2011, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09 ("Contrato"), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP"), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 40.576/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de São José dos Campos - Sub Bacia Pararangaba (parcial), composto pela Estação de Tratamento de Esgoto, Coletor Tronco Pararangaba (parcial), Coletor Tronco Botujuru (parcial), Coletor Tronco Galo Branco, Coletor Tronco Cajuru, Estação Elevatória de Esgotos São Vicente e respectiva Linha de Recalque, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Sociedade foi integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumiu toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sociedade será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Termo de Contrato e foi estimado em 276 meses.

O valor estimado do contrato é de R\$ 186.960, composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$ 779, que correspondem ao Valor Mensal da Locação ("VML"), na data de referência dos preços de 1º de março de 2011.

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados.

Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidades econômicas no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato de a Sociedade não transacionar com commodities, não exportar e não possuir operações nesses países. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração da Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Orientação, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração para emissão em 29 de março de 2023.

2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Sociedade;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço;

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Sociedade;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Sociedade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Sociedade classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Mensuração do valor justo

A Sociedade mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Sociedade utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros da Sociedade são considerados de nível 2.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A contabilização dos instrumentos financeiros é feita de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

2.4.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Sociedade tenha aplicado o expediente prático, a Sociedade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios da Sociedade para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Sociedade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os principais ativos financeiros da Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito, contas a receber, contas a receber de locação de ativos e outros créditos. Esses ativos financeiros da Sociedade são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Baixa de ativo financeiro (desreconhecimento)

Um ativo financeiro ou parte dele é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Sociedade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Sociedade transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou a Sociedade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Sociedade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Sociedade.

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Sociedade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas:

- Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses;
- Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Sociedade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Sociedade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. A Sociedade estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Sociedade considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Sociedade também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Sociedade receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Sociedade.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

2.4.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Sociedade que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos.

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Sociedade. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações. Esses passivos financeiros da Sociedade são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

- c) Baixa de passivos financeiros (desreconhecimento)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

2.6. Fundo restrito

Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida).

2.7. Contas a receber

As contas a receber são classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. Correspondem a valores a receber dos órgãos competentes relacionados aos serviços prestados de tratamento de esgoto.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Sociedade usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD.

O critério para constituição da PECLD são os títulos a receber que possuem vencimento a mais de 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na PECLD os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias.

2.8. Contas a receber de locação de ativos

As contas a receber de locação de ativos estão mensuradas pelo valor justo e correspondem ao faturamento do contrato de locação de ativos das estações de tratamento de esgoto, qualificados como arrendamento mercantil financeiro de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil. Esses valores a receber são classificados no ativo circulante e não circulante com base no respectivo prazo de realização e estão ajustados a valor presente.

Na primeira etapa de um contrato de locação de ativo, que compreende a construção, as receitas e custos associados ao contrato de construção, são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada do contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

Na segunda etapa de um contrato de locação de ativo, que compreende o período de arrendamento mercantil dos ativos, é reconhecida a atualização do ativo financeiro e da locação de ativos registrada a valor justo, com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

2.9. Custo dos empréstimos e financiamentos

Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida.

2.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

2.11. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.13. Tributos

Lucro presumido

A partir de 2020, a Sociedade passou a ser optante do lucro presumido e calcula o imposto de renda e a contribuição social com base no faturamento bruto, aplicando sobre esse a alíquota de presunção de 32% e, ao resultado, soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável. Para fins de apuração dos tributos sobre o lucro devidos, aplica-se o percentual de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro presumido do exercício. O lucro presumido diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

2.14. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. Nas demonstrações contábeis, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Sociedade reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os direitos a faturar são decorrentes dos contratos de longo prazo de locação dos ativos, qualificados como contratos de arrendamentos financeiros, com base na Interpretação Técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil.

Os tipos de receitas da Sociedade estão descritos abaixo:

Receitas de locação

A Sociedade reconhece suas receitas de locação pelo método linear durante o período de arrendamento, incluída na receita na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional.

Receitas de ativo financeiro

As receitas do ativo financeiro são decorrentes da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de locação de ativos.

A atualização das receitas do ativo financeiro é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de arrendamento, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A Sociedade iniciou a atualização dos direitos a faturar a partir do início de suas operações.

2.15. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2022

A Sociedade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Sociedade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 E CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: contrato oneroso (custos de cumprimento de contrato), ativo imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e referências à estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Sociedade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não identificou nenhum contrato como oneroso, de forma que, todas as obrigações dos contratos existentes (custos incrementais diretamente relacionados aos contratos e custos diretamente relacionados aos contratos) foram cumpridas pela Sociedade na data de reporte.

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Sociedade durante o período.

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações contábeis da Sociedade, estão descritas abaixo. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 26/IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Sociedade avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

- CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

- CPC 26 (R1)/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações para o IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Sociedade está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- Análise dos contratos de arrendamento

A Sociedade analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Nessa análise, a Sociedade utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade não possui contratos caracterizados como arrendamento mercantil.

3.2. Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- Perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Sociedade usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

- Perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis, intangíveis com vida útil definida e ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos ou circunstâncias que pudessem indicar a existência de impairment dos ativos tangíveis, intangíveis de vida útil definida e de ativos não financeiros.

4. Gestão de riscos

4.1. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber de clientes, contas a receber de ativo financeiro e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se à empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

A Sociedade está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Sociedade supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Sociedade afirma que as atividades da Sociedade que assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Sociedade. A Administração da Sociedade estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

▪ Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço, estes últimos não aplicáveis às operações da Sociedade.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros, é requerida a divulgação de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Sociedade adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

a) Risco de taxa de juros

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Sociedade sujeitas a taxa de juros variáveis. A Sociedade gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis.

Sensibilidade à taxa de juros:

Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI		12,33% (*)	15,42%	9,25%	18,50%	6,17%
Aplicações financeiras	5.242	5.889	6.050	5.727	6.212	5.565
Fundo restrito	2.961	3.326	3.418	3.235	3.509	3.144
TR + 8,7% a.a.		10,32% (*)	12,90%	7,74%	15,49%	5,16%
Empréstimos e financiamentos	(69.319)	(76.475)	(78.264)	(74.686)	(80.053)	(72.897)

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI e TR acumulados em 31 de dezembro de 2022).

- Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Sociedade em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Sociedade de acordo com a política estabelecida pela Sociedade. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

- Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Sociedade possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Sociedade. O objetivo da Sociedade é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos, financiamentos e contratos de arrendamento.

4.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Sociedade são classificados da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	5.270	4.287
Contas a receber	1.562	1.420
Contas a receber de locação de ativos	94.300	93.583
Outros créditos	-	49
	<u>101.132</u>	<u>99.339</u>
<u>Ativos financeiros por meio do resultado</u>		
Fundo restrito	<u>2.961</u>	<u>2.644</u>
	2.961	2.644
Total do ativo financeiro	<u>104.093</u>	<u>101.983</u>
<u>Passivos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Empréstimos e financiamentos	(69.319)	(71.699)
Fornecedores	(3)	(3)
Partes relacionadas	(11)	(9)
Total do passivo financeiro	<u>(69.333)</u>	<u>(71.711)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>34.760</u>	<u>30.272</u>

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios à outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

A Sociedade administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Sociedade pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Sociedade monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos	69.319	71.699
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5.270)	(4.287)
(-) Fundos restritos	<u>(2.961)</u>	<u>(2.644)</u>
Dívida líquida	61.088	64.768
Patrimônio líquido	<u>32.153</u>	<u>27.970</u>
Total do capital	<u>93.241</u>	<u>92.738</u>
Índice de alavancagem	<u>66%</u>	<u>70%</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos	28	6
Aplicações financeiras	<u>5.242</u>	<u>4.281</u>
	<u>5.270</u>	<u>4.287</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação média de 94,35% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 (94% em 31 de dezembro de 2021). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Reclassificação

Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 18 de fevereiro de 2022, o saldo de R\$ 2.644 foi divulgado como caixa e equivalentes de caixa. Tendo em vista a natureza desse saldo corresponder a aplicações financeiras restritas, vinculadas ao contrato de empréstimos e financiamentos (conforme divulgado na nota explicativa nº 6), a Administração da Sociedade reclassificou o referido saldo para a rubrica de “fundo restrito” em 2022 e no período comparativo.

6. Fundo restrito

Representados por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras restritas	<u>2.961</u>	<u>2.644</u>
	<u><u>2.961</u></u>	<u><u>2.644</u></u>

O fundo restrito representa aplicações financeiras atreladas ao rendimento do CDI. Esse saldo possui a utilização vinculada a contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade e se faz necessário para cumprimento da cláusula de índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do respectivo contrato. São remunerados e uma variação média de 95,25% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (101% em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber e contas a receber de locação de ativos

7.1. Contas a receber

Representadas por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber - faturados	<u>1.562</u>	<u>1.420</u>
	<u><u>1.562</u></u>	<u><u>1.420</u></u>
Ativo circulante	1.440	1.298
Ativo não circulante	<u>122</u>	<u>122</u>
	<u><u>1.562</u></u>	<u><u>1.420</u></u>

Correspondem aos valores a receber decorrente do contrato de locação de ativos de longo prazo com a SABESP. Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

O prazo médio dessas contas a receber é de 35 dias. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia saldos vencidos registrados nas contas a receber. Em função de não existir histórico de valores relevantes de inadimplência nas contas a receber, a Sociedade não constituiu provisão para perdas.

7.2. Contas a receber de locação de ativos

Representados por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber - locação de ativo (i)	186.960	186.960
Recebimentos	(110.359)	(93.507)
Ajuste a valor presente	(62.992)	(68.206)
Ajuste pela taxa de retorno (ii)	84.107	70.645
Impairment (iii)	<u>(3.416)</u>	<u>(2.309)</u>
Total	<u>94.300</u>	<u>93.583</u>
Ativo circulante	18.586	16.318
Ativo não circulante	<u>75.714</u>	<u>77.265</u>
	<u>94.300</u>	<u>93.583</u>

- (i) Representa valores a receber da SABESP referente à locação de ativos da estação de tratamento de esgoto em São José dos Campos/SP.
- (ii) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 19,47% ao ano (17,21% em 31 de dezembro de 2021), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.
- (iii) O impairment é registrado levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Sociedade, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Sociedade. A atualização do impairment é feita de forma anual e, além de considerar as premissas mencionadas acima, também leva em consideração o prazo remanescente do contrato.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato até o fim do contrato e o gasto efetivo com investimento realizado somado a estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A movimentação das contas a receber de locação de ativos é como segue:

	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	93.583
Recebimentos	(16.852)
Ajuste a valor presente	5.214
Ajuste pela taxa de retorno	13.462
Impairment	(1.107)
	<u>94.300</u>

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em:

2023	18.586
2024	16.948
2025	17.541
2026	18.155
Após 2026	23.070
Total	<u>94.300</u>

8. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, relativos a financiamentos, estavam representados por:

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa Econômica Federal	TR + 8,7% a.a.	12/08/2035	69.319	71.699
			<u>69.319</u>	<u>71.699</u>
Passivo circulante			4.068	9.559
Passivo não circulante			65.251	62.140
			<u>69.319</u>	<u>71.699</u>

O financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal em 06 de maio de 2013 no montante de R\$ 74.748, tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados, referente ao Contrato de Locação de Ativos firmado junto à SABESP. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 29 de julho de 2013.

Esse contrato tem um prazo de carência de até 27 meses contados a partir da assinatura do contrato. A amortização de principal e juros está sendo efetuada, durante 240 meses, em prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no dia 12 do mês subsequente ao término do prazo de carência.

Neste contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias. A Sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante no contrato ("covenants"):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter até a conclusão dos empreendimentos, a relação entre o saldo devedor do financiamento e o capital social da Sociedade na proporção mínima de 93/7;
- Manter, concomitantemente, durante a vigência do financiamento, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual de 1,1 na fase de amortização, além de manter na conta reserva o saldo equivalente ao valor de três prestações mensais, sendo que a Sociedade deverá observar o regramento quanto à reposição do ICSD, conforme demonstramos a seguir:

a) O ICSD será calculado anualmente da seguinte forma:

- $ICSD = \text{Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período (A)} / \text{serviço da dívida no período (B)}$.

Onde:

- Fluxo de caixa operacional;
 - (+) Caixa acumulado;
 - (B) = Amortização do principal;
 - (+) Pagamento de juros (taxa de administração + taxa de risco de crédito + taxa de juros).
- b) Cumulativamente, o VML anual dividido pelo Serviço da Dívida Anual deve ser maior ou igual a 1,3 durante o período de amortização;
- c) Na fase de amortização, proceder à manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), conforme segue:
- (i) Atendido: sem restrição à distribuição de dividendos ou Juros Sobre Capital Próprio;
 - (ii) Caso não atendido: proibida a distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou redução do capital, observando ainda:
 - Em no máximo 90 dias, sob pena de vencimento antecipado, a Sociedade deverá recompor o ICSD até que ocorra a primeira das hipóteses a seguir: i) a dívida com a Caixa seja quitada; ii) a Sociedade recomponha o índice igual ou maior a 1,2;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Caso a recomposição acima mencionada seja realizada por meio de mútuo entre as Acionistas e a Sociedade, o mesmo deverá ter vencimento posterior ao final de vigência do contrato de financiamento. Sua amortização, total ou parcial, poderá ser realizada, desde que a Sanevap quando da nova apuração tenha atingido os índices (ICSD e VML/Serviço da Dívida) inicialmente pactuados.
- (iii) A primeira apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ocorrerá após um período mínimo de faturamento da Sanevap de 12 (doze) meses, que compreenderá os meses de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.
- Não contrair endividamento sem a prévia e expressa anuência da Caixa;
 - Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, desde que seja atendido o ICSD mínimo.

A movimentação dos financiamentos aconteceu conforme a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	71.699	74.717
(+) Adição de juros	7.238	6.632
(-) Amortização principal	(5.627)	(7.672)
(-) Amortização juros	(3.991)	(1.978)
	<u>69.319</u>	<u>71.699</u>

Os financiamentos de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2022</u>
2024	3.985
2025	4.230
2026	4.491
2027	4.768
Após 2027	<u>47.777</u>
	<u>65.251</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Sociedade cumpriu com todas as cláusulas restritivas (covenants) vigentes, relativas ao contrato de financiamento.

SANEVAP SANEAMENTO DO VALE DO PARAÍBA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Partes relacionadas

Representado por:

	31/12/2022		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais
GS Inima Brasil Ltda.	11	1.020	(129)
Cesbe Participações S.A.	-	609	-
Construtora Elevação Ltda.	-	408	-
	<u>11</u>	<u>2.037</u>	<u>(129)</u>

	31/12/2021		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais
GS Inima Brasil Ltda.	9	920	(100)
Cesbe Participações S.A.	-	549	-
Construtora Elevação Ltda.	-	367	-
	<u>9</u>	<u>1.836</u>	<u>(100)</u>

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor do capital social integralizado é de R\$ 7.826 e está representado por 7.826 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Quantidade de ações	Participação direta no capital social
GS Inima Brasil Ltda.	3.921	50,10%
Cesbe Participações S.A.	2.340	29,90%
Construtora Elevação Ltda.	1.565	20,00%
	<u>7.826</u>	<u>100,00%</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

10.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2021, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 355, de modo que a reserva legal atingiu o limitador de 20% do capital social.

10.3. Reserva de lucros e reserva de lucros a realizar

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordinária (AGE).

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 6.110 para a conta de reserva de lucros.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos totais das contas de lucros acumulados e reserva de lucros, no montante de R\$ 18.579, foram transferidos para a conta de reserva de lucros a realizar.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total da reserva legal, da reserva de lucros e da reserva de lucros a realizar atinge os montantes de R\$ 24.327 e R\$ 20.144, respectivamente, superando o capital social integralizado em R\$ 16.501 e R\$ 12.318, respectivamente. A Administração da Sociedade avaliará ao longo do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 se o excesso será integralizado ao capital social ou será utilizado na distribuição de dividendos, estando em consonância com a Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. A avaliação da Administração será levada aos acionistas através de deliberação em Assembleia.

10.4. Dividendos

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de abril, foram aprovados em Ata de Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 1.927, os quais foram pagos dentro do exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$ 2.037 e R\$ 1.836, respectivamente. O montante de R\$ 2.037 será pago no decorrer do exercício a findar-se em 2023 e o montante de R\$ 1.836 foi pago dentro do exercício de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Receita líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receita bruta</u>		
Receita de locação do ativo	16.851	15.316
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	<u>1.824</u>	<u>1.015</u>
	18.675	16.331
 <u>Deduções da receita</u>		
PIS	(109)	(99)
COFINS	<u>(506)</u>	<u>(459)</u>
	(615)	(558)
 Total da receita líquida	 <u>18.060</u>	 <u>15.773</u>

12. Despesas operacionais por natureza

Estão representados por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Serviços de terceiros	(48)	(42)
Seguros	(49)	(61)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(129)	(100)
Impairment do ativo financeiro	(1.107)	261
Outras despesas	<u>(28)</u>	<u>(14)</u>
 Total das despesas gerais e administrativas	 <u>(1.361)</u>	 <u>44</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	<u>763</u>	<u>238</u>
Total das receitas financeiras	<u>763</u>	<u>238</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamentos	(7.238)	(6.632)
Outras despesas financeiras	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(7.240)</u>	<u>(6.633)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.477)</u>	<u>(6.395)</u>

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

14.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Sociedade deixou de ser tributada pelo Lucro Real e passou a ser tributada pelo lucro presumido. Sendo assim, as disposições normativas que tratam do diferimento do lucro auferido na fase de construção da infraestrutura em virtude do reconhecimento de ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa, quais sejam, artigo 36 da Lei nº 12.973, de 2014, e artigos 168 a 170 da IN RFB nº 1.700, de 2017, aplicam-se somente ao Lucro Real e esclarecem que o lucro auferido nessa fase poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento das receitas contratadas.

Paralelamente a isso, relativamente ao lucro presumido com base no regime de caixa, prevalece a regra de reconhecimento das receitas e resultados à medida do seu recebimento. Sendo assim, devido a mudança no regime de tributação, conforme citado acima, as perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões que não suportam as expectativas da Administração para o exercício corrente.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

14.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de locação de ativos	16.851	15.316
Redução para base de cálculo	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo	<u>(5.392)</u>	<u>(4.901)</u>
Receitas financeiras	(763)	(238)
Base de cálculo do lucro presumido	(6.155)	(5.139)
Base de cálculo adicional	<u>(5.915)</u>	<u>(4.899)</u>
<u>IRPJ</u>		
Alíquota - 15%	(923)	(771)
Alíquota adicional - 10%	<u>(592)</u>	<u>(490)</u>
Total do IRPJ no trimestre	<u>(1.515)</u>	<u>(1.261)</u>
<u>CSLL</u>		
Alíquota - 9%	<u>(554)</u>	<u>(462)</u>
Total da CSLL no trimestre	<u>(554)</u>	<u>(462)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(2.069)</u>	<u>(1.723)</u>

15. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro básico		
Lucro líquido do exercício	8.147	7.699
Número de ações ao fim do período (em milhares)	<u>7.826</u>	<u>7.826</u>
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>1,041</u>	<u>0,984</u>
Lucro diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	8.147	7.699
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)	<u>7.826</u>	<u>7.826</u>
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>1,041</u>	<u>0,984</u>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Demonstrações dos fluxos de caixa

A seguir, demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dividendos propostos e não pagos	<u>2.037</u>	<u>1.836</u>
	<u>2.037</u>	<u>1.836</u>

17. Cobertura de seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Riscos operacionais	40.000

18. Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram desse tema concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Sociedade avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.